

Rumo a Belém:

Resultados do
G20, da COP29 e
a preparação
para a COP30

Janeiro, 2025

Este relatório apresenta uma síntese das discussões realizadas no evento **Rumo a Belém: resultados do G20, da COP29 e a preparação para a COP30**, realizado no dia 4 de dezembro de 2024, pelo Instituto Clima e Sociedade (ICS), com o apoio da Embaixada do Reino Unido e em parceria com a Embaixada da França no Brasil. O evento contou com a participação de líderes de diferentes setores para estimular uma análise da Cúpula do G20 e da COP29, reconhecendo que ambos os fóruns trataram - com níveis de sucessos diferenciados - de temas que serão igualmente importantes para a COP30.

O relatório não reflete necessariamente a posição do ICS e dos apoiadores do evento; trata-se de um resumo das conclusões dos debates.

Esperamos que este documento seja útil e informativo para as diferentes organizações que

se preparam para a COP30 no Brasil, nos mais variados papéis.

Alguns objetivos do evento foram:

- Discutir os principais resultados do G20 e da COP29, seu legado nas agendas de negociação e os desafios da preparação para a presidência brasileira da COP30, em especial no alinhamento entre maior ambição climática, meios de implementação e transparência.
- Debater a relevância da agenda de ação proposta pela COP29 e contexto da construção do envolvimento de atores não estatais e governos subnacionais na preparação para a COP30.

Para cumprir tais objetivos, o evento se organizou em torno de painéis temáticos, que contemplaram três grandes eixos de debate:

RUMO A BELÉM: Resultados do G20, da COP29 e a preparação para a COP30



Foto: Adriano Pereira (APR Fotografia)

1. A avaliação dos resultados do G20 e da COP 29 e as contribuições para a COP 30

Ao longo das conversas, foram identificados alguns pontos centrais que influenciaram os resultados da COP29. De forma geral, foi ressaltado que **o resultado aquém do esperado de Baku foi reflexo das falhas ao longo de sua preparação e das dificuldades impostas pelas circunstâncias nacionais e internacionais.**

- **Falta de experiência dos negociadores:** a presidência da COP não tinha tradição diplomática nas negociações sobre mudança do clima. Os negociadores não possuíam um acúmulo sobre as negociações climáticas, sobretudo devido à falta de experiência em temas como finanças climáticas. Se entendermos a COP não como um evento, e sim como um processo, podemos concluir que esta não teve a preparação adequada. Chegou-se a Baku com poucos acordos e com os textos dos documentos em aberto. Como aprendizado, fica a lição de que o Brasil precisa chegar na COP30 com temas, agendas e linguagens mais bem definidas.
- **Geopolítica:** fatores políticos de alcance global também tiveram um papel significativo, sendo as eleições dos Estados Unidos um exemplo importante. A realidade de termos um governo nos EUA que será refratário à agenda nos próximos anos aumentava as expectativas sobre a importância de sair de Baku com, no mínimo, um acordo sem retrocessos, principalmente dado que a COP16 e as negociações sobre plásticos não chegaram aos acordos esperados.
- **Primazia das agendas nacionais:** outro ponto ressaltado durante o evento foi o fato de que, em Baku, as agendas nacionais

estavam muito mais em destaque ou priorizadas do que as agendas internacionais nas negociações, inclusive em países desenvolvidos, que direcionaram sua atuação na COP como um instrumento voltado para suas eleições e processos domésticos. A tática diplomática com fins nacionais mostrou-se mais importante para os negociadores do que os resultados coletivos, porque, para muitos deles, o foco era acenar para o público interno. Dentre as narrativas encontradas, inclui-se a ideia de que a “inflação verde” está associada à guinada à direita do continente europeu.

Com isso, destacam-se algumas agendas que seguem em aberto e que deverão ser trabalhadas pelo Brasil, em 2025, na narrativa da rota “de Baku a Belém”:

- **Adaptação:** até a COP 30, o planejamento é que o Brasil já tenha concluído o processo nacional do Plano Clima, o que pode fortalecer a pauta de adaptação para a COP também. Esta vem sendo uma prioridade contínua para muitas delegações, e o Brasil tem acumulado conhecimento sobre o tema.
- **Transição justa:** a agenda depara-se com a dificuldade inicial de definição do termo, dado que cada país tem uma perspectiva diferente; bem como setores da sociedade que enxergam o tema de distintas maneiras. É sintomática também a falta de consenso no ambiente doméstico brasileiro. Será um desafio para o Brasil alinhar o doméstico e o internacional para convergir os níveis e trazer uma visão o mais unificada possível para a COP.



Foto: Ricardo Stuckert/PR

- **Financiamento:** o tema segue na agenda após os debates em Baku sobre a Nova Meta Quantificada Coletiva sobre Financiamento Climático (NCQG). Para Belém, é necessário trabalhar com o alinhamento do sistema financeiro aos objetivos do Acordo de Paris, inclusive por meio de instrumentos como a Força Tarefa de Novos Financiamentos (Global Solidarity Levies Task Force), que a França lidera junto com Quênia e Barbados. Os avanços do G20 no âmbito da taxaçoão dos super ricos também pode ser aplicável a esse tema. Associado ao financiamento, uma agenda que segue em aberto e relevante para COP30 é o desenvolvimento de métricas de quantificação para avaliarmos como está o efetivo cumprimento das metas financeiras. Há estudos em curso da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), mas muitos números não são consensuados globalmente. Em paralelo, na linha de co-construção entre o internacional e o nacional, abre-se ao Brasil a possibilidade de avançar nas conversas sobre mercado

de créditos de carbono, dada a aprovação recente pelo Congresso Brasileiro (e sanção, após a data do referido evento).

- **Implementação:** há uma perspectiva tanto internacional quanto do governo brasileiro de que a COP30 seja uma COP de implementação. Já há diversos acordos, a exemplo do Global Stocktake (GST), que precisam ser operacionalizados. Ao invés de aprovar uma multiplicidade de novos compromissos, o foco deve ser em traduzir o que já foi acordado no GST como medidas concretas para agricultura, energia, redução do desmatamento e inclusão do setor privado, por exemplo.

Dada a dificuldade de destravar essas agendas, o debate também se concentrou em **qual papel o Brasil pode exercer como anfitrião da COP30. Além disso, a COP não é do Brasil, é no Brasil, mas oferece uma oportunidade de conectar as agendas domésticas e internacionais.** Há um reconhecimento de que não é possível mudar a geopolítica do mundo, mas uma expectativa e uma consciência de que o Brasil pode fazer uma preparação mais assertiva.



Legados do G20 incluem avanços em construção de consensos, especialmente na trilha financeira.

Um exemplo positivo que ilustra o potencial negociador do país foram os resultados alcançados no G20, que adotou a perspectiva

de “aproveitar o processo”, ao invés de levar muitos textos em aberto para a Cúpula. Há, no governo brasileiro, a narrativa de maximizar a excepcional circunstância da sequência de presidências brasileiras em fóruns internacionais (G20, BRICS, Mercosul e COP30) para criar uma certa coerência no que o Brasil proporá em âmbito multilateral. Como legados positivos do G20 que podem funcionar como boas práticas para a COP30, foram destacados:

- **Avanço na construção de consensos.** Mesmo em um contexto desafiador global, o G20 conseguiu, particularmente na trilha financeira, “pousar o G20 na realidade”. O próximo passo será “pousar a COP na realidade”. Uma estratégia que se mostrou bem-sucedida no G20 foi o esforço do Ministério da Fazenda em buscar, para cada grupo de trabalho da trilha financeira onde era possível avançar um passo, ir além de declarações, conversas e textos. Algumas destas agendas mostram conexões claras com a COP:
 - » No grupo de trabalho de Arquitetura Financeira Internacional, o Brasil logrou êxito em avançar no debate sobre reforma dos Bancos Multilaterais de Desenvolvimento (MDBs). Os documentos aprovados contêm recomendações concretas para melhorar a variação de impacto, com um *roadmap* de reforma até 2030, com 44 ações concretas, endossadas pelos líderes. Essa entrega, mesmo vindo do G20, já compõe o *roadmap* Baku-Belém.
 - » Outro tema foi a reforma dos fundos multilaterais verdes, a exemplo do Climate Investment Fund (CIF) e o Green Climate Fund (GCF). A interação com esses fundos

é, tradicionalmente, muito difícil, o que se torna ainda mais crítico para países menores. Torná-los mais acessíveis e céleres foi uma prioridade da presidência brasileira do G20, pois há a constatação de que os recursos não estão chegando “na ponta” - e, muitas vezes, quando chegam, não estão conectados com as prioridades do país receptor, o que afeta o “*country ownership*”. O plano aprovado no G20 é que até 2027 haja a correção dessas falhas estruturais. Essa é uma outra conexão entre o G20 e Baku-Belém.

- » Na Força-Tarefa para a Mobilização Global contra a Mudança do Clima (TF Clima), o acordo sobre novos princípios para a construção de plataformas de país (*country platforms*) como instrumentos de mobilização de recursos foi outro resultado importante. Entre eles, destacam-se: a) *country ownership*; b) flexibilidade; c) lócus de conectividade entre prioridades e acesso a recursos, inclusive do setor privado. O Brasil já produziu a sua plataforma a partir desses princípios, levando em consideração processos domésticos como o Plano de Transição Ecológica (PTE), o Plano Clima e o Plano Nova Indústria Brasil. O país captou recurso com o GCF para financiar o secretariado da plataforma, que será a responsável por analisar os projetos de forma independente. Como próximos passos, segue o desafio de pensar em instrumentos capazes de atrair o capital privado internacional, que é um aliado importante para esse processo. Essa é uma área na qual a parceria com o Reino Unido pode ser frutífera, dado o compromisso para que Londres seja o centro de financiamento verde do mundo, principalmente nos setores privados de investimento.

- **Ampliar as negociações climáticas para além da UNFCCC, de forma complementar e coordenada.** Há um reconhecimento de que o G20 não possui mandato dos não-membros, mas, juntos, os membros do G20 correspondem a 85% das emissões. É necessário direcionar os recursos para onde estão as emissões, e elas se concentram no G20. No entanto, alguns de seus países em desenvolvimento têm dificuldades de acesso ou preços elevados quando acessam os fundos previstos na UNFCCC. No G20, houve avanços em negociações sobre financiamento climático no *Sustainable Finance Working Group* (SFWG), e muitos temas tratados na TF Clima ajudaram nas negociações da COP29, uma vez que os acordos no âmbito do G20 já partem de um consenso-base e são mais facilmente “transbordáveis” para as COPs. Nesse âmbito, destaca-se o discurso de Lula na reunião de Ministros do G20, em que o presidente apresentou o movimento realizado com António Guterres, Secretário-Geral da ONU, para a ambição climática. A iniciativa engloba um estímulo à maior ambição para os países desenvolvidos, a exemplo de estimular que antecipem o net zero para 2040 ou 2045, mas também para os demais países do G20, além da proposta de criação de um Conselho de Mudança do Clima na ONU. Parte-se da ideia de que as COPs são eficientes no exercício de negociação, mas apresentam suas limitações. A UNFCCC não teria a força necessária para a

implementação, e esse Conselho fortaleceria a UNFCCC e o Acordo de Paris. A criação de tal Conselho não necessariamente seria uma solução, mas poderá ser um caminho, dada as limitações dos instrumentos existentes.

- **Maior participação da sociedade civil.** Há uma expectativa internacional de maior inclusão devido à abertura e diversidade da sociedade brasileira. Por isso, é essencial que estejamos discutindo internamente os temas da COP30, tanto na sociedade civil organizada quanto no setor privado. Para tal, o governo está preparando, para os primeiros meses de 2025, um grande debate sobre os temas que provocam divisões internas. O objetivo é chegar tão unidos quanto possível para a COP30, por meio de uma espécie de “pacto nacional”, o que dependerá do trabalho conjunto de diversos setores sociais. Alguns temas escolhidos para esses debates foram petróleo, florestas, agricultura, pecuária e transportes. Foi destacado, todavia, que esse pacto não deve ser apenas um compromisso nacional para a COP30, mas sim um pacto internacional para evitar ultrapassar o limite de aquecimento do planeta de 1.5°C e para os demais compromissos assumidos em Paris.

É necessário, no entanto, não perder de vista que a COP30 é muito menos *like-minded* do que o G20. Tem outra escala, que complexifica os debates, e sucesso em um não determina sucesso em outro.



2. Avaliações setoriais do G20 e da COP 29 - e expectativas para a COP 30

As questões climáticas afetam setores da economia de forma integrada. Todos têm compromissos, mas também custos e impactos que precisam ser mitigados, e adaptações a serem feitas. Dois setores representados nas discussões foram indústria e agricultura, com representantes dos Ministérios do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC) e Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA).



Indústria

Para grande parte dos países, há um foco na descarbonização energética. No caso do Brasil, estamos em outro patamar nesse debate, devido ao nosso protagonismo em matriz limpa e em renováveis. O foco do governo brasileiro, sobretudo por meio do Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio (MDIC), tem sido na descarbonização da indústria, aproveitando-se desse diferencial energético que o Brasil tem, para não limitarmos nossa inserção internacional a um país exportador de commodities. O foco é em não apenas exportar a energia apenas para industrializar os outros países, mas também desenvolver tecnologias limpas para utilização interna, aprimorando a indústria e tornando o Brasil um polo de atração de investimento. Em um contexto de crise geopolítica global, o Brasil se torna ainda mais estratégico, não só pela situação doméstica e regional, afastada de conflitos, quanto pelos nossos ativos energéticos.

Novamente na conexão entre o interno e o externo, os objetivos industriais de 2024 estão sendo, progressivamente, aprovados no Congresso, a exemplo lei do hidrogênio verde, do supracitado mercado de carbono, do

Programa de Aceleração de Transição Energética (PATEN), além avanços no debate sobre eólicas offshore. As negociações sobre esses temas têm sido prioritárias na conexão entre o Executivo e o Congresso.

Há, no entanto, a necessidade de reflexões de que o governo também precisa mudar seu olhar sobre essa agenda: **não é porque o Brasil tem vantagens comparativas hoje que ele terá em 2050. As mudanças do clima expõem o Brasil a um risco climático que impacta no custo do dinheiro e, por isso, não há garantias de manutenção do status quo.** Com isso, não há imunidade de que não seremos tão vulneráveis como o resto do mundo. Todas as opções de descarbonização que estão disponíveis hoje são intensivas em carbono e em energia. Apesar disso, não haveria uma preocupação, ainda, em falar de reforma das políticas ambientais e do quadro regulatório no Brasil.



Os objetivos industriais estão sendo aprovados no Congresso, a exemplo do mercado de carbono.



Agricultura

As prioridades do Ministério da Agricultura, atualmente, são produzir mais, não desmatar e produzir com baixo carbono. Um dos instrumentos para esse objetivo é o Programa Nacional de Conversão de Pastagens Degradadas em Sistemas de Produção Agropecuários e Florestais Sustentáveis (PNCPD). O programa prevê financiamentos com uma duração de até 10 anos, com juros baixos (6,5%), com vários critérios ambientais, definidos junto com a Embrapa. Até a COP30, o governo prevê estar com o plano de recuperação de pastagens já em andamento. Na visão do setor, acesso a investimentos e crédito com juros baixos são a locomotiva das mudanças necessárias, pois permitem o direcionamento do agricultor para um determinado fim. Outro exemplo é o Fundo Clima, com recursos orientados para o etanol de milho. Discutiu-se que o setor privado tem sido mais eficiente em incorporar essas iniciativas, em bancos e *traders*, o que tem impulsionado o agricultor a produzir de maneira mais sustentável – e que o governo poderia seguir esse exemplo, e usar o crédito

rural como instrumento para que o produtor modifique seu modo de produção e adquira certificados de baixo carbono e de boas práticas.

Como síntese das discussões setoriais, destacou-se que, como anfitriões da COP30, teremos um espaço importante para levar a visão brasileira ao centro do debate. O protagonismo que o Brasil traz para a mesa é um grande ativo que permite difundir não só a visão brasileira, mas também do Sul Global, para uma discussão mais representativa sobre a mitigação dos efeitos climáticos.

Foi destacado também que, para os países no Norte, muitas vezes falta essa visão “do outro lado” que o Brasil é capaz de trazer. Pelas características naturais brasileiras, há uma expectativa pré-concebida de que nosso foco será na floresta, então há uma certa surpresa quando o Brasil traz um debate sobre instrumentos econômicos. Também se apresentou a relevância de discutir instrumentos como o Mecanismo de Ajuste de Fronteira de Carbono (CBAM) e apresentar uma visão brasileira (e de outros países) sobre o papel dos biocombustíveis na transição energética.

3. A agenda de ação para a COP 30: quais temas merecem ser priorizados para a implementação?

Ao pensar mais detidamente em agendas de ação, um ponto de destaque foi a **necessidade de traduzir para uma ampla gama de atores quais são os termos das negociações multilaterais**. Pensando no setor privado, internalizar a lente climática não é automático para CEOs e CFOs. Há uma preocupação com a agenda climática, via a criação de departamentos de sustentabilidade, por exemplo, mas é preciso que a lente seja integrada nos processos de forma transversal.

Para incluir o setor privado, é preciso acionar o sentido econômico das medidas propostas. Isso se torna ainda mais essencial dado que, depois de Baku, dificilmente haverá mais aporte de capital público. Exemplos de temas a serem colocados na mesa são plataformas de *matchmaking* para casos concretos, como nas *country platforms*, mercados de carbono, *blended finance*, critérios e indicadores para fundos de investimento. O engajamento com o setor privado precisa dar um passo adiante, a partir da identificação de que o clima não é só um assunto de CEO, mas também de CFO e de conselhos de administração. É necessário também estimular a transparência, por meio de métricas para monitorar o que de fato está sendo implementado, a exemplo dos *science-based targets* que têm sido iniciados no setor privado. Há boas práticas sendo implementadas, como o plano setorial de energia e o plano setorial de indústria, além da coalizão de transportes, que integra entidades do setor privado de forma conectada com o plano de transição corporativa das empresas. O “elefante na sala” é o debate do *transitioning away from fossil fuels*, que precisa ser melhor comunicado e articulado com as empresas. Para que a transição dos fósseis

aconteça, é preciso assumir que ainda precisamos dos minerais críticos e do petróleo. Não é um assunto fácil, mas precisa ser considerado.

Já para incluir o agronegócio e os produtores rurais, o ponto de partida é reconhecer que a agenda ambiental não precisa ter vergonha do Brasil ser uma potência do agro, e o agro não precisa ter medo do fortalecimento da agenda ambiental no Brasil. É preciso tornar tangível a noção de que investir em uma agenda climática é investir em uma agenda econômica. Se o debate já é difícil para quem está na “bolha climática”, é ainda mais desafiador quando uma parcela do setor nem acredita nos efeitos mencionados. Um dos caminhos é utilizar a produção de alimentos como diferencial. O hemisfério Sul é “curto” em dinheiro, mas é “longo” em alimento. Seria importante pensar também em como ampliar a produção de alimentos, dada a tendência entre aumento de renda e êxodo rural e o aumento do consumo de proteínas. Para aumentar a produção, a melhor solução é converter áreas degradadas, e desmatar não é uma opção. O Brasil é um dos países com a maior capacidade de realizar essa conversão. Além do PNCPD, destacam-se o Plano ABC+ e o RenovaAgro.

No entanto, foi destacado que não há apenas o grande agronegócio no Brasil. Há inúmeras formas de agricultura, e uma delas é a agricultura familiar. As políticas devem ir muito além de estímulos à produção de *commodities*, pois o Brasil tem muita capacidade de produção de alimento e em alta escala, muitas vezes com muito mais rentabilidade por hectare do que as próprias *commodities*.



Para os setores de energia e *hard to abate*, para a COP30, uma agenda importante do Sul Global é voltar a discutir quais são os caminhos da descarbonização. Há uma resistência grande em qualquer alternativa que implique em tecnologias que usem carbono biogênico. Para a Europa, o caminho é a eletrificação. No entanto, ficam em aberto perguntas sobre como descarbonizar o setor metalúrgico, por exemplo. O hidrogênio é uma opção, mas não a única, e pode ter impactos significativos na acessibilidade para pequenas e médias empresas, além do impacto sobre o mercado de trabalho. O argumento é que precisamos ampliar o que é aceito como agenda verde em nível global, e não aceitar o que neste momento está posto na mesa como solução, porque as soluções até aqui apresentadas não serão suficientes para o net zero. Isso abre possibilidades para que o Brasil coloque na mesa propostas mais operacionalizáveis do que as atualmente em debate.

Novamente na conexão entre o interno e o externo, foi mencionado que, se o Plano de Transformação Ecológica (PTE) é um norte interessante, há detalhes importantes ainda a serem definidos. Por exemplo, se vamos utilizar as terras degradadas para produzir mais alimentos, é importante refletir se esse é o melhor valor que podemos adicionar ao uso dessas terras. Usar parte dessas terras para recomposição florestal e carvão vegetal também pode ser um caminho. Esse planejamento integrado, transversal e conectado com a melhora do PIB brasileiro e da condição de vida das pessoas ainda precisa ser aprimorado. Foi reforçado que é necessário diversificar e complexificar a fonte do PIB brasileiro, pois é esse movimento que vai gerar a resiliência do

Brasil, ao se conectar com uma maior renda média e melhor distribuição de renda. Essa é uma outra ponte com o G20, que priorizou a redução das desigualdades. A COP30 pode ser um momento para retomar e estimular esse tipo de discussão.

Outro tema para o qual a COP30 pode ser um catalisador é a inclusão de comunidades tradicionais e povos indígenas, sobretudo na interseção das agendas de clima e natureza.

Na COP30, a sinergia entre biodiversidade e clima será definidora. Já tivemos indícios na NYCW e na COP16 (a “COP que não acabou”). No entanto, esse assunto ficou de fora da COP29, que não tratou de temas de natureza. No G20, a aprovação dos princípios de bioeconomia e sua menção no documento final, com destaque para a economia da sociobiodiversidade, abre um diálogo internacional muito propício e com oportunidades de uma participação mais efetiva de representantes de comunidades tradicionais e povos indígenas. Outro destaque foi o Tropical Forest Forever Facility (TFFF), que já traz em sua essência um financiamento de pelo menos 20% para esses grupos. Na COP16, foi dado um passo importante pela inclusão das questões de raça, que não eram centrais anteriormente. Por outro lado, a COP29 retrocedeu em questões de gênero, e a citação aos povos indígenas e comunidades tradicionais foi, na prática, inexistente e frustrante. Para a COP30, o governo brasileiro tem mostrado a abertura de um espaço para fortalecer essas pautas. Há, no entanto, algumas *‘enabling conditions’*. Os participantes destacaram que não adianta só ter espaço se não forem dadas condições desses grupos terem voz, o que engloba investimento em capacitação e construção conjunta de soluções, além da facilitação da participação efetiva.

Anexo

Programação do evento “Rumo a Belém: resultados do G20, da COP29 e a preparação para a COP30” (4/12/2024),

Horário	Descrição
8h30 – 9h	Café da manhã de boas-vindas e chegada dos convidados
9h – 9h20 Abertura	<ul style="list-style-type: none">• Maria Netto, Diretora-Executiva do iCS• Stephanie Al-Qaq, Embaixadora do Reino Unido no Brasil• Emmanuel Lenain, Embaixador da França no Brasil
9h20 – 10h00 A avaliação dos resultados do G20 e da COP 29 e as contribuições para a COP 30	<p>Moderação: Flávia Bellaguarda, LACLIMA</p> <p>09h20 - até 10 minutos - Ana Toni, Secretária de Mudança do Clima do Ministério do Meio Ambiente</p> <ul style="list-style-type: none">• Quais são os avanços e desafios da COP29 para apoiar o planejamento de mitigação, adaptação e transição justa?• Como os resultados do G20 e COP29 apoiam os próximos passos da discussão sobre mitigação e adaptação no Brasil?• Qual o papel do Brasil para assegurar que as agendas de adaptação e transição justa tenham o avanço necessário na COP30, depois de um resultado aquém do esperado em Baku?• Na visão do MMA, como organizações da sociedade civil, setor privado e subnacionais podem apoiar a preparação e resultados positivos da COP30? <p>09h30 - até 10 minutos - Embaixador André Corrêa do Lago, Secretário de Clima, Energia e Meio Ambiente no Ministério das Relações Exteriores no Brasil</p> <ul style="list-style-type: none">• Como o Brasil contribuiu, por meio da presidência do G20 e nas negociações da COP29 nas agendas de mitigação, adaptação e mobilização de recursos?• Qual a sua avaliação dos resultados do G20 e da COP29 e o impacto na preparação e agenda de negociações da COP30?• O que esperar de resultados da COP 30 e quais são os principais desafios diplomáticos?• A partir do programa Baku-Belém estabelecido na decisão do NCQG, como o Brasil pode conduzir a mobilização para assegurar maior aporte de financiamento climático?• Na visão do Itamaraty, como organizações da sociedade civil, setor privado e subnacionais podem apoiar a preparação e resultados positivos da COP30?

Horário	Descrição
<p>9h20 - 10h00 A avaliação dos resultados do G20 e da COP 29 e as contribuições para a COP 30</p>	<p>09h40 - até 10 minutos – Ivan Oliveira, Subsecretário de Financiamento ao Desenvolvimento Sustentável do Ministério da Fazenda</p> <ul style="list-style-type: none"> • Como os compromissos financeiros do G20 e COP29 impactam o Brasil? • Poderia citar quais foram os resultados mais expressivos na agenda de finanças do G20? O Brasil pretende dar continuidade na discussão desses temas, como o de Country Platforms, para a construção de uma agenda de implementação para a COP 30? • Como os resultados da trilha de finanças do G20 e da COP 29 podem ajudar na construção de um caminho exitoso para a COP 30? • Qual é a expectativa de resultado para os assuntos de financiamento climático para a COP 30? Como será construído o Roadmap Baku-Belém estabelecido na decisão do NCQG? <p>9h50 - até 10 minutos: Perguntas e Respostas</p>
<p>10h00 - 10h40 Avaliações setoriais do G20 e COP 29 e expectativas para a COP 30</p>	<p>Moderação: Talita Priscila Pinto, FGV Agro</p> <p>10h00 - até 10 minutos - João Francisco Paiva Avelino, Diretor do Departamento de Descarbonização e Finanças Verdes</p> <p>10h10 - até 10 minutos - Carlos Ernesto Augustin, Assessor Especial do Ministério de Agricultura</p> <p>10h20 - até 20 minutos: Perguntas e Respostas</p>
<p>10h40 - 11h00</p>	<p>Breve intervalo</p>
<p>11h - 11h55 Mesa redonda: A agenda de ação para a COP 30: Quais são os temas que merecem ser priorizados para a implementação?</p>	<p>Moderação: Daniela Lerario, Climate Champions Team no Brasil</p> <ul style="list-style-type: none"> • Sugerimos que as intervenções iniciais já sejam direcionadas para responder às perguntas indicadas. A moderadora terá liberdade para complementar os tópicos e trazer conexões entre as falas durante as transições, tornando a discussão mais fluida e dinâmica. <p>11h00 - até 5 minutos - Viviane Romeiro, Diretora de Clima, Energia e Finanças Sustentáveis – CEBDS</p> <ul style="list-style-type: none"> • Como o CEBDS percebe o alinhamento empresarial dos compromissos do G20 para fortalecer a governança climática? • Como as empresas podem contribuir para a discussão sobre os planos nacionais de mitigação e adaptação? Quais são os desafios enfrentados? • Quais são as expectativas e oportunidades para o setor privado na preparação para a COP30? Como garantir o engajamento desses atores?

Horário	Descrição
<p>11h – 11h55 Mesa redonda: A agenda de ação para a COP 30: Quais são os temas que merecem ser priorizados para a implementação?</p>	<p><i>11h05 - até 5 minutos - Eduardo Bastos, Diretor, Instituto de Estudo do Agronegócio (IEAg)</i></p> <ul style="list-style-type: none"> • Como o agronegócio pode se beneficiar e apoiar na implementação de instrumentos financeiros discutidos no G20 e das decisões sobre mobilização de recursos na COP29 para avançar em mitigação e adaptação? • Quais compromissos do G20 são mais relevantes para integrar práticas agrícolas de baixo carbono e resilientes nos compromissos brasileiros de mitigação e adaptação? • Quais soluções em produção agrícola, <i>bioeconomia e soluções baseadas na natureza</i> alinhadas podem ser apresentadas na COP30 para posicionar o Brasil como líder global em sustentabilidade? • No seu ponto de vista, qual a expectativa de participação do setor na preparação para a COP30? <p><i>11h10 - até 5 minutos - Rosana Santos, Diretora Executiva, Instituto E+</i></p> <ul style="list-style-type: none"> • Como as discussões do G20 sobre transições justas podem ser integradas às metas de mitigação climática do Brasil e em preparação à COP30? • Que oportunidades você enxerga para pautar a discussão sobre transição energética na COP30? • Que debates devem acontecer domesticamente neste tema para que outros atores da sociedade – think tanks, empresas, associações, governos locais etc. - se engajem na presidência brasileira da COP30 e apresentem soluções escaláveis a partir do Brasil? <p><i>11h15 - até 5 minutos - Karen Oliveira, Diretora para Políticas Públicas e Relações Governamentais, TNC</i></p> <ul style="list-style-type: none"> • Como as soluções baseadas na natureza debatidas no G20 podem ser traduzidas em ações concretas para implementação doméstica e na preparação para a COP30? • Quais são as oportunidades de atração de recursos para ações de conservação e restauração, e como os resultados do G20 e preparação para a COP30 podem apoiar essas oportunidades? De que forma o Brasil pode propor a ampliação da integração de povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais em soluções climáticas globais alinhadas aos compromissos do G20 e discussões no âmbito da Convenção sobre mudança do clima? • Quais são as principais oportunidades e desafios na integração das soluções baseadas na natureza na preparação para a COP30 no Brasil? <p><i>11h20 até 35 minutos - Debate aberto entre os presentes</i></p>
<p>11h55 – 12h00 Conclusão</p>	<p><i>11h55 - até 5 minutos - Maria Netto, Diretora-Executiva do iCS</i></p>

